



INFORMATIVO DA CCI/SSP

2025

Ano 01

N.º 12

O Informativo da Coordenação de Controle Interno da Secretaria da Segurança Pública é um instrumento de difusão das principais atividades da CCI e de temas de interesse da sua área de competência, devidamente analisados e selecionados pela sua equipe técnica. O objetivo do informativo é dar transparência às atividades do órgão e proporcionar uma consulta rápida e eficaz, facilitando a atividade administrativa e possibilitando que ele seja bem embasada tecnicamente.

Seções do Informativo:

1 Principais atividades da CCI

2 Atos Normativos de Interesse do Controle Interno

3 Gestão Pública, Controle Interno e Auditoria

4 Licitações e Contratos

5 Integridade e Gestão de Riscos

6 Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública

1. Principais atividades da CCI/SSP no mês de dezembro



Elaboração de Relatórios de Inspeção, com realização de visitas *in loco* às unidades inspecionadas



Realização da terceira turma do Curso de Introdução à Gestão de Riscos com turma exclusiva para o DPT



Acompanhamento das solicitações de inspeção do TCE



Acompanhamento das solicitações de inspeção do AGE



Acompanhamento das solicitações da PGE



Participação na palestra "Oratória na Prática: Fale Melhor, Conquiste Mais" e "*Mindset* de Crescimento"



Reunião do Grupo de Trabalho - GT de adequação da SSP à aplicação LGPD



Participação no GT de Festas Populares



Reunião do Comitê de Gestão Estratégica - CGE



Reunião sobre o uso do aplicativo mobile da SIAP para a Operação Carnaval 2026



Participação no lançamento do Guia de Transparência Ativa do Estado da Bahia



Participação na solenidade em comemoração aos 130 anos da Secretaria da Segurança Pública da Bahia



Participação na solenidade em comemoração aos 14 anos de criação e à premiação dos vencedores do Projeto Selo SPREV



Participação no Seminário sobre Masculinidades Positivas para as Relações de Gênero



Participação no treinamento do Sistema de Gestão e Controle Interno - SCGI



Participação no *workshop*, promovido pela PGE, sobre Interpretação da Norma Jurídica Institucional Aplicada à Construção de Instrumentos Arquivísticos

2. Atos Normativos de Interesse do Controle Interno



Orientação de utilização do SCE

Foi publicada, na edição nº 24.300 no DOE, de 16 de dezembro de 2025, a Instrução SAEB nº 025/2015, que orienta os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual subordinados ao Decreto nº 23.771, de 04 de junho de 2025, quanto à utilização do Sistema de Compras Eletrônicas - SCE, para seleção da proposta mais vantajosa, de forma eletrônica, em procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, nas hipóteses que especifica.



Definidas as regras para criação e gestão de contas digitais na Plataforma gov.br

Foi publicada, na edição de n.º 239 do DOU, de 16 de dezembro de 2025, a portaria SGD/MGI nº 11.229/2025, que estabelece diretrizes para a criação e gestão de contas digitais na Plataforma gov.br, visando a segurança, a usabilidade e a confiança no ambiente digital.



CGU e AGU publicam nova Portaria que aprimora os acordos de leniência

Foi publicada, na edição de n.º 244 do DOU, de 23 de dezembro de 2025, a portaria normativa interministerial CGU/AGU nº 1/2025, que define os critérios e os procedimentos para negociação, celebração e acompanhamento do cumprimento dos acordos de leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no âmbito da Controladoria-Geral da União, e dispõe sobre a participação da Advocacia-Geral da União.

3. Gestão Pública, Controle Interno e Auditoria

Eventos:



O ciclo de Políticas Públicas

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas promoverá o curso *online* apresentando "O ciclo de Políticas Públicas". O objetivo é apresentar e discutir o conceito de políticas públicas, bem como o modelo de ciclos de políticas públicas.

Data: 15 e 22 de janeiro de 2026

Horário: 09h

Modalidade: *online*

Inscrições e informações: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/cursos/inscricoesabertas/85646>



LGPD para gestão pública

O SEBRAE oferta o curso *online* LGPD para gestão pública, com o objetivo de introduzir a temática da Lei Geral da Proteção de Dados - LGPD, criando condições para que os órgãos e empresas públicas sujeitos a esta conformidade façam as suas adaptações quanto ao uso, a proteção e a transferência dos dados sensíveis, garantindo ao cidadão e ao empreendedor local o devido resguardo.

Modalidade: *online*

Carga horária: 06h

Inscrições e informações: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/lgpd-para-gestao-publica,61a37a2454ed7810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

3. Gestão Pública, Controle Interno e Auditoria

Gestão Pública:



Tribunal de Contas do Estado da Bahia divulga nova cartilha de acessibilidade para prédios públicos

O TCE/BA, em parceria com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), divulgou a atualização da sua Cartilha de Acessibilidade para Prédios Públicos. A divulgação ocorreu durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), realizado em Florianópolis (SC). O objetivo da cartilha é oferecer orientações sobre acessibilidade em edificações públicas. A nova versão da cartilha está disponível online no site do TCE/BA.

Fonte: https://www.tce.ba.gov.br/files/com_cdspublicacaoinstitucional/publicacoes/arquivo/cartilha_acessibilidade_2ed.pdf



Estado de SP é condenado por violação de direitos humanos contra mulher trans

Um juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública de Jales/SP condenou o Estado de São Paulo ao pagamento de R\$ 30 mil por danos morais a uma mulher transexual. A condenação se deu por transfobia institucional e violação de direitos humanos, cometidas pela Procuradoria do Estado em uma ação judicial anterior.

O juiz considerou que a Procuradoria utilizou linguagem transfóbica, alternou pronomes, desconsiderou o nome social da autora e tratou sua identidade de gênero como "doença". O magistrado concluiu, afirmando que: "A condição de mulher trans não é doença. Doença é o preconceito. Doença é a ignorância. Doença é a intolerância".

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/12/04/estado-de-sp-e-condenado-por-violacao-de-direitos-humanos-contra-mulher-trans.ghml>



'Baralho Lilás': Governo da Bahia lança catálogo com foragidos por violência contra a mulher

O Governo da Bahia lançou o "Baralho Lilás", uma iniciativa inédita no Brasil, para intensificar o combate à violência contra a mulher no estado. As cartas com os criminosos ficarão expostas no *site* <https://disquedenuncia.ssp.ba.gov.br>. A população pode auxiliar a Polícia na localização dos foragidos da Justiça através do telefone 181 (Disque Denúncia da SSP).

Fonte: <https://www.ba.gov.br/policiacivil/noticias/2025-12/23415/governo-da-bahia-lanca-baralho-lilas-com-16-foragidos-por-crimes-contra>



Governo do Brasil apresenta avanços do Plano de Integridade no Dia Internacional Contra a Corrupção

O Governo do Brasil, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), apresentou no dia 9 de dezembro, Dia Internacional Contra a Corrupção, os resultados do primeiro ano do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025–2027. A iniciativa, criada em 2024, tem como finalidade fortalecer, no âmbito do Executivo federal, os mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização por atos de corrupção.

Fonte: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202512/governo-do-brasil-apresenta-avancos-do-plano-de-integridade-no-dia-internacional-contra-a-corruptao>



Combate à corrupção: UNODC e Petrobras apoiam pequenas e médias empresas

O Dia Internacional contra a Corrupção foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é celebrado anualmente em 9 de dezembro. A data marca a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) em 2003. Seu objetivo central é fortalecer a cooperação internacional, aprimorar a prevenção e intensificar o combate global à corrupção.

Neste ano, a data marcou a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) - guardião da UNCAC - e a Petrobras o qual reforçam a importância de apoiar pequenas e médias empresas na adoção de padrões elevados de integridade, transparência e gestão de riscos. A Petrobras reafirma seu compromisso com a tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro, e esta parceria é vista como um passo para apoiar as PMEs nessa jornada e fomentar ambientes empresariais éticos e seguros.

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/306763-combate-%C3%A0-corrupt%C3%A7%C3%A3o-unodc-e-petrobras-apoiam-pequenas-e-m%C3%A9dias-empresas>

3. Gestão Pública, Controle Interno e Auditoria

Gestão Pública:

Governo do Brasil lança relatório da Consulta Pública sobre Combate ao Racismo nas Plataformas Digitais

O Governo do Brasil lançou o relatório da Consulta Pública sobre o Combate ao Racismo nas Plataformas Digitais. O governo utilizará este relatório como documento de referência para criar diretrizes de proteção e estratégias de promoção da igualdade racial que serão discutidas com o Sistema de Justiça e representantes das próprias plataformas.

Fonte: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/governo-do-brasil-lanca-relatorio-da-consulta-publica-sobre-combate-ao-racismo-nas-plataformas-digitais

Acordo entre órgãos de controle reforça compromisso com a transparência pública na Bahia

O TCE/BA, em parceria com o MP/BA, Atricon, TCM/BA e CGU, firmou um Acordo de Cooperação Técnica para fortalecer a transparência pública na Bahia. A iniciativa abrange os poderes Executivo e Legislativo municipais, órgãos estaduais e entidades do terceiro setor que gerem recursos públicos. O plano de ação estabelece um fluxo estruturado que inclui reuniões de conscientização, capacitação de controladores e a criação de uma matriz de risco para identificar portais com desempenho inferior a 50% no Radar da Transparência. Além do envio de irregularidades aos promotores, será disponibilizado um "kit de atuação" técnico e promovida a uniformização dos critérios de avaliação entre todas as instituições envolvidas.

Fonte: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/acordo-entre-orgaos-de-controle-reforca-compromisso-com-a-transparencia-publica-na-bahia>

Bahia apresenta Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) apresenta, o Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, documento estratégico que consolida diretrizes, metas e ações para fortalecer a capacidade do setor diante dos impactos das mudanças do clima no território, além disso o instrumento descreve grupos e populações vulnerabilizadas, possibilitando que as ações e recursos do SUS sejam ofertados de maneira equitativa.

O plano pode ser acessado na íntegra através do link: <https://online.fliphtml5.com/tjbib/ekbk/#p=2>

Fonte: <https://www.saude.ba.gov.br/2025/12/10/bahia-apresenta-plano-setorial-da-saude-para-mitigacao-e-adaptacao-as-mudancas-climaticas/>

ALBA aprova novo projeto que moderniza a Lei Orgânica da PGE/BA

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) aprovou por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 160/2025, que promove uma modernização na Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado (PGE/BA). De forma geral, o projeto atualiza a organização e o funcionamento da PGE/BA, moderniza a gestão jurídica e incorpora instrumentos mais alinhados às demandas atuais da Administração Pública. O texto aprovado redefine competências, aprimora a governança interna e fortalece mecanismos de gestão legal, com reflexos diretos na eficiência da atuação institucional. A proposta também dá um passo importante na aplicação mais concreta da consensualidade, ampliando o uso de soluções dialogadas e preventivas para a resolução de conflitos. A ideia é reduzir a judicialização desnecessária, fortalecer a mediação e tornar o Estado mais ágil na solução de demandas, beneficiando diretamente a sociedade.

Fonte: <https://www.ba.gov.br/pge/noticias/2025-12/31564/alba-aprova-por-unanimidade-novo-projeto-que-moderniza-lei-organica-da-pge>

Radar Anticorrupção: CGE lança Manual de Prevenção ao Conflito de Interesses da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo

A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE/SP) lançou o Manual de Prevenção ao Conflito de Interesses da Administração Pública direta e autárquica. O manual tem o objetivo orientar os agentes públicos estaduais sobre conceitos e situações práticas que podem configurar conflito entre o interesse público e o privado, garantindo a imparcialidade nas decisões administrativas. O lançamento faz parte do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo (Radar Anticorrupção).

O manual pode ser acessado na íntegra através do link:

<https://www.controladoriageral.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/9e9a7d99-248a-43d4-a31e-8978d5986b0f/items/5286d206-5715-445d-875a-e55290404eed/renditions/89f43980-4ce6-42b7-a372-1421a7d77f1f?binary=true>

Fonte: https://www.controladoriageral.sp.gov.br/cge/noticias/noticias_cge132

4. Licitações e Contratos



Orientação normativa a qual dispensa órgãos participantes de elaborarem os ETP próprios

Foi publicada, na edição de n.º 238 do DOU, de 15 de dezembro de 2025, a orientação normativa AGU nº 102/2025. Representa um marco na desburocratização das licitações. O novo entendimento permite que os órgãos participantes deixem de elaborar um Estudo Técnico Preliminar (ETP) próprio, desde que a necessidade e o quantitativo estejam justificados no Documento de Formalização da Demanda e que haja adesão ao ETP do órgão gerenciador, quando todos estiverem na mesma estrutura administrativa.

A medida está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e contribui para reduzir custos transacionais, evitando a produção de documentos meramente formais, sem impacto real na tomada de decisão ou na governança. Assim, reforça-se um planejamento mais eficiente, menos burocrático e alinhado aos princípios de proporcionalidade e racionalidade procedimental.

5. Integridade e Gestão de Riscos



Acórdão 2851/2025 Plenário

Trata-se de uma auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a efetividade do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) para combater a atuação das organizações criminosas nos delitos transfronteiriços e transnacionais. O resultado principal aponta fragilidades significativas na execução e gestão do programa. O TCU determinou e recomendou medidas para que o PPIF aprimore sua formulação, execução, transparência e avaliação, visando o fortalecimento das fronteiras brasileiras.

Fonte: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2725508/score%2520desc/0



Ministério da Saúde lança novo Portal de Dados Abertos do SUS

O Ministério da Saúde lançou, o novo Portal de Dados Abertos do SUS, uma plataforma modernizada que amplia a transparência e facilita o acesso da sociedade a informações públicas em saúde. Guiado pelo lema "Saúde para todos, Dados para todos", o portal reforça o compromisso do Ministério com a democratização da informação e o fortalecimento da participação social.

Fonte: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202512/ministerio-da-saude-lanca-novo-portal-de-dados-abertos-e-celebra-reconhecimento-nacional-pelo-seu-plano-de-dados-abertos>

6. Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública



Acórdão 2841/2025 Plenário

Trata de um acompanhamento relativo às ações do Governo Federal para fiscalizar e combater a lavagem de dinheiro relacionada ao mercado de apostas de quota fixa (Bets).

O Tribunal reconheceu a existência de um arcabouço normativo para o tema, mas identificou fragilidades críticas na estrutura de fiscalização. Faltam manuais operacionais e rotinas padronizadas para guiar as atividades de fiscalização da prevenção à lavagem de dinheiro no setor de bets. Os processos de autorização de novos operadores (empresas de apostas) são considerados frágeis, baseando-se principalmente em autodeclarações dos próprios operadores. O TCU determinou um prazo para que o Ministério da Fazenda reforce a estrutura da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), garantindo que a unidade responsável pela fiscalização seja equipada com recursos compatíveis com suas atribuições, e que os manuais operacionais sejam elaborados.

Fonte:

https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/%20COLEGIADO%20A%2022Plen%20C3%20A1rio%2022%20NUMACORDAO%203A2841%20ANOACORDAO%203A2025/DTRELEVANCIA%20desc%20C%20NUMACORDAOINT%20desc/O



MJSP lança plano de ações da Aliança de Combate a Fraudes Bancárias Digitais

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou o Plano de Ação Conjunto da Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais. Este plano é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre o MJSP e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e conta com a participação de diversos órgãos públicos, instituições financeiras e empresas de tecnologia.

A aliança articula esforços para coordenar e fortalecer a atuação do Estado e da sociedade civil no combate ao crescente número de fraudes bancárias digitais no Brasil, que é considerado o segundo país com mais tentativas de golpes digitais no mundo, atrás apenas da China. As ações visam aprimorar a prevenção, a investigação e a repressão desses crimes, que se transformaram com a digitalização.

Fonte: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202512/mjsp-lanca-plano-de-acoes-da-alianca-de-combate-a-fraudes-bancarias-digitais>